



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 7/2014

----- Aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos pessoais e profissionais e procedeu-se à respetiva substituição. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Iniciou por apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de Eugénia Lima que leu (anexo 1). -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Agradeceu por ter sido apresentada esta proposta em nome da Câmara Municipal já que era também intenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentar um voto de pesar e que pela forma que está escrito dignifica o próprio órgão e é exatamente aquilo que Eugénia Lima merece, o reconhecimento de todos. --

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Indicou o sentido de voto como favorável e salientou que Eugénia Lima, para além da excecional mulher que era e da sua música de eleição, tinha uma particularidade que só os grandes artistas têm que é ficar na história, e na história dos manuais de ensino de acordeão, porque conseguia transformar um instrumento

musical popular num solista de orquestra. Disse ainda que quem hoje estuda alguma coisa da música sabe que Eugénia Lima está nos manuais de todo o mundo em todas as línguas pela sua “mão aranha” que transformou um instrumento monocromático em cromático e hoje os alunos estudam o acordeão à dimensão técnica de Eugénia Lima. Acrescentou também que Eugénia Lima é a madrinha da Escola de Música desde a sua fundação e muito se lhe deve incluindo a oferta de materiais e órgãos. Afirmou que Eugénia Lima, esteja onde estiver, certamente estará sempre na memória dos riomaiorenses como o melhor dos exemplos para todos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse concordar plenamente com o voto de pesar porque Eugénia Lima o merece sugerindo apenas que fosse incluído no texto que foi homenageada no feriado municipal e também pelo executivo municipal aquando dos quarenta anos de permanência em Rio Maior. Considerou estes dois factos importantes porque reforçam todo o carinho que o Município de Rio Maior e os riomaiorenses têm tido para com Eugénia Lima. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com as sugestões feitas assim como o restante Executivo Municipal. -

----- De seguida foi guardado um minuto de silêncio em memória da falecida. -----

----- Colocado a votação, o Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 6/2014 referente à reunião ordinária de 28 de março. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2014 por maioria dos presentes com uma abstenção. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e noventa mil, cento e setenta e nove euros e seis cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e sessenta e três cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **COMUNICADO – PRESENÇA DE “ESCARAVELHO DA PALMEIRA”**-----

----- **PROPOSTAS DE ELIMINAÇÃO, ALTERAÇÃO E ADITAMENTO APRESENTADAS PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP À PPL N.º 183/XII-3 (LEI DOS SOLOS)** -----

----- **GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – ENVIO PARA VALIDAÇÃO DA PERGUNTA SOBRE COBRANÇA INDEVIDA E ILEGAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM POR EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES NA FATURA MENSAL DOS CONSUMIDORES** -----

----- **LISTA DE MOVIMENTOS DE DESCARGA DE RESÍDUOS NAS INSTALAÇÕES DA VALORSUL ENTRE 01/01/2013 E 31/12/2013** -----

----- **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - LEI N.º 10/2014, DE 6 DE MARÇO – APROVA OS ESTATUTOS DA ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS; LEI N.º 12/2014, DE 6 DE MARÇO – PROCEDE À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 194/2009, DE 20 DE AGOSTO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, MODIFICANDO OS REGIMES DE FATURAÇÃO E CONTRAORDENACIONAL**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referindo-se à praga que tem atingido as palmeiras disse ficar satisfeito pelos serviços da autarquia estejam atentos e a tentar erradica-la e que não devem desistir porque as palmeiras fazem parte da imagem do município e a sua perda será sentida por todos. -----

----- No que respeita à listagem da Valorsul considerou que se trata de uma listagem parca em informação daquilo que realmente interessa como o volume de tonelagem por dia, para que esta fosse útil aos autarcas e desse uma imagem do volume de resíduos diários ou mensais. -----

----- Solicitou, se possível, que lhe fosse entregue o parecer do Dr. Gomes Canotilho relativamente ao pedido que foi feito pela Associação Nacional de Municípios Portugueses num outro suporte, porque considera que é um parecer de grande importância e que merece ser analisado por todos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu a importância das propostas do Partido Comunista Português na Assembleia da República relativamente a duas das questões que hoje se colocam ao poder local: as alterações da política de solos, numa altura em que tantas acusações são feitas aos autarcas por causa das questões da política de solos e em que há entidades que pela política de solos tentam chamar e conotar os autarcas com pouca lisura e transparência, considerou que estas propostas de um partido da oposição podem permitir maior clareza relativamente às práticas do governo central e permitir

que as autarquias fiquem dotadas de instrumentos para gerir corretamente a posse dos solos, a classificação dos solos e a luta contra a corrupção e a falta de transparência. Referindo-se a outra das propostas disse que o seu partido, a Coligação Democrática Unitária, continua a considerar injusto que o imposto pelos direitos de passagem seja pago pelos utentes e não pago pelas empresas e que é nessa perspectiva que é feito o pedido para que se reponha a justiça. Afirmou que em Rio Maior já não existe mas na maioria dos municípios ainda se paga. Considerou também de extrema importância a tomada de posição pela Associação Nacional de Municípios Portugueses pedindo a fiscalização sucessiva relativamente a estas questões. -----

----- Por último chamou à atenção da inutilidade do relatório enviado pela Valorsul que, objetivamente, não dá nenhuma informação e que muito provavelmente não foi o que a Câmara pediu e que aquilo que foi pedido foi certamente uma informação detalhada no sentido de se saber, não dos horários dos trabalhadores ou das chegadas e das entradas, mas os montantes das gramagens e dos volumes para que possa ser feita uma análise e não um controle do tempo dos funcionários e sugeriu que fosse feito novo pedido do documento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referindo-se à grave rutura na conduta de abastecimento de água no nosso concelho agradeceu publicamente aos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e a todas as corporações que com eles colaboraram no âmbito do plano da proteção civil, e que, em colaboração com os serviços da Câmara Municipal, muito contribuíram para minimizar o impacto deste problema na vida dos riomaiorenses. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por fazer uma referência positiva às Tasquinhas salientando, no entanto, que nos tempos que correm este evento devia aprofundar a sua excelência e a sua preparação para o próximo ano devia começar de imediato, quer seja no plano comunicacional e operacional quer seja no plano da densificação dos usos, iniciando-se, para isso, uma discussão coletiva dos caminhos a seguir para manter sempre a mesma taxa de visitação evitando a variação de fluxos. Fez notar que as Tasquinhas têm uma imagem de marca que se devia estender para a excelência e ao encontro do rigor exigido pelo cliente atual, através da certificação das ementas, de novos tipos de animação, da requalificação ou classificação das confrarias, dando uma nova e maior dimensão a todos os níveis, seja no serviço, seja na certificação da qualidade ou ainda na higiene e da segurança alimentar. Deixou um agradecimento a todos aqueles que

trabalharam nas Tasquinhas em prol do concelho de Rio Maior e em particular em prol do movimento associativo de raiz popular. -----

----- Manifestou a sua satisfação em ver que a Semana da Juventude está inserida nas comemorações dos quarenta anos do 25 de Abril de 1974 e considerou que não existe melhor homenagem a esta data do que homenagear a própria juventude junto com aqueles que lutaram no 25 de Abril, fazendo-lhes saber, aos jovens, que a democracia não é uma conquista definitiva e que existem muitas ditaduras e muitos ditadores que subiram ao poder por eleições. Afirmou que só praticando a democracia é que se defende a democracia. Continuou dizendo que a juventude tem que ser incentivada à participação e tem que estar consciente de que hoje vivemos numa terra de liberdade porque muitos lutaram para que tal acontecesse. Concluiu dizendo que os quarenta anos do 25 de Abril de 1974 merecem dos autarcas, em particular, toda a atenção para que não se volte ao tempo em que não havia eleições e o presidente da Câmara era nomeado pelo partido único e os presidentes de junta eram os regedores da freguesia, e que enquanto for vivo e a Coligação Democrática Unitária for viva, irá fazer passar a mensagem que a liberdade e a democracia conquistam-se exercendo-as. -----

----- Referiu de seguida que ainda não recebeu respostas às questões que levantou no que respeita aos equipamentos para o gabinete dos vereadores da oposição e ao acesso à documentação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Questionou ainda relativamente às pequenas obras que ainda não foram feitas. -----

----- Relativamente ao problema da água no concelho de Rio Maior disse tratar-se de um problema premente, em particular o abastecimento da cidade devido às condutas envelhecidas. Endereçou o seu agradecimento e reconhecimento público pela coragem das decisões tomadas e de em poucos dias se conseguir dar uma verdadeira revolução à alimentação em baixa no concelho de Rio Maior. Disse que gostaria que fosse dado conhecimento desta situação porque as pessoas não se aperceberam que dez mil pessoas poderiam ter ficado sem água durante bastantes dias e que os serviços técnicos da Câmara e o executivo, com todos os riscos inerentes, tomaram uma decisão corajosa e acertada baseada em conhecimentos técnicos. Por fim disse que seria bom que todos conhecessem quantos furos vão ser feitos, quantos metros de conduta foram feitos, e tudo o que foi que os riomaiorenses sentissem o menos possível o rebenfamento. Alertou que certamente no ciclo da água vai tornar-se necessário encontrar soluções urgentes para resolver estas situações e que o papel da Águas do Oeste deve ser exposto em todo este processo. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Felicitou a Câmara por uma prática que permitiu, em seu entender, resolver de forma eficaz ou minimizar, pelo menos, os impactos de uma situação que pode acontecer em qualquer local. Continuou dizendo a rutura de uma conduta adutora daquelas dimensões e com a importância que tem no abastecimento do concelho de Rio Maior levou a medidas urgentes, decisões acertadas e a colaboração de muita gente. Novamente felicitou a Câmara, os serviços técnicos, os funcionários, os meios envolvidos, nomeadamente a proteção civil, pela forma como conseguiram a minimizar o impacto da falta de água na cidade numa altura em que a imagem da nossa cidade estava mais exposta com as Tasquinhas a decorrer. Salientou que como autarcas gostam de promover a terra, gostam de resolver os que muito embora não estejam a governar a câmara gostam sempre de colaborar para a resolução de problemas e que seja transmitida a melhor imagem do concelho. Evidenciou a postura de comunhão da Câmara com os elementos da oposição, dizendo os problemas, dizendo as dificuldades, dizendo a forma como se poderia resolver, os impactos financeiros da mesma, pedindo a solidariedade dos autarcas porque percebe que em situações de emergência a Câmara não tenha nem o orçamento nem as previsões e que são necessárias decisões ousadas partilhadas por todos em prol dos interesses de Rio Maior. -----

----- Referindo-se às Tasquinhas deu os parabéns ao Vereador porque considera que estas correram bem e que se passou uma boa imagem de Rio Maior. Disse que em seu entender decorreram de forma animada e que em relação ao ano anterior houve até uma série de incentivos e de melhorias ressaltando, porém, que a maioria não se deve acomodar a isso e devem ser ousados e ter coragem e a disponibilidade de ouvir os outros para que corra ainda melhor. Pediu que fosse essa disponibilidade e esse aproveitamento que fossem considerados no futuro. Agradeceu também à Presidente da Câmara a forma como dignificou e proporcionou as condições de visita do candidato do Partido Socialista ao Parlamento Europeu, que veio a Rio Maior. -----

----- Por último afirmou que relativamente às águas se deveria realizar uma reunião informal com os serviços e autarcas para se repensar todo o projeto das águas do concelho de Rio Maior porque se antes felicitou a autarquia e a maioria por terem em conjunto conseguido resolver questões, disse não haver dúvida que algumas das questões resolvidas possivelmente não seriam da responsabilidade da câmara e sim da Águas do Oeste. Nesse sentido disse que terão que ser encontrados caminhos de futuro, caminhos que criem sustentabilidade a esse serviço e que sejam criadas

condições para que não sejam sempre os mesmos, os consumidores, a pagar a fatura. Reforçou que, no entanto, nestas circunstâncias e nesta emergência não se poderia estar a discutir com a Águas do Oeste porque as populações estavam sem água e as soluções que se encontraram foram aquelas que tinham que ser efetuadas para resolver de imediato e da forma mais eficiente o problema. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por referir que foi activado o plano municipal de proteção civil no âmbito da rutura da conduta de abastecimento de água e informou que em cinquenta e quatro horas foram transportados um milhão e oitocentos mil litros de água. Disse já ter agradecido às diversas entidades que intervieram nesta situação de emergência e contribuíram para que não faltasse a água em Rio Maior, como os Bombeiros Voluntários e todas as corporações que os apoiaram, a Junta de Freguesia de Rio Maior, todos os funcionários e todos aqueles que de uma forma empenhada estiveram sempre presentes e colocaram o interesse do concelho acima de tudo. -----

----- Relativamente às Tasquinhas disse que as expectativas eram altas e que considera que não foram defraudadas e embora haja sempre questões a melhorar considera que foi reconfortante falar com as associações e dos clubes que embora cansados estavam satisfeitos e que quando assim é vale definitivamente a pena. Afirmou ter havido algumas melhorias, foi reconhecida a boa qualidade da comida servida, a decoração não foi descurada e que em termos de higiene e segurança houve também uma melhoria qualitativa. Fez notar que se realizaram três eventos inseridos nas Tasquinhas que muito dignificaram o certame sendo eles o 1º Trail Urbano com mais de trezentos e cinquenta participantes, o 23º Grande Prémio Internacional de Marcha com excelentes resultados dos atletas riomaiorenses e ainda a emissão do Portugal em Festa no canal televisivo SIC em direto do certame. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Em relação às Tasquinhas considerou que o certame melhorou a qualidade devido ao empenho de todos, desde os eleitos passando pelos funcionários, por todos aqueles que fazem parte do movimento associativo e pelos expositores. Endereçou, por isso, os parabéns ao Vereador João António Lopes Candoso porque as Tasquinhas, quase a fazer trinta anos, foram, mais uma vez, dignificadas. -----

----- Relativamente à questão das águas agradeceu tudo o que foi dito porque se tratou de uma semana bastante complicada e agradeceu publicamente aos Bombeiros Voluntários, aos técnicos e funcionários da câmara e aos empreiteiros que deixaram

obras em curso e rapidamente foram feitos dois mil e seiscentos metros de condutas de vários diâmetros em condições atmosféricas adversas e com grandes riscos. Endereçou também uma palavra especial aos técnicos da câmara, não só aos que fazem parte do mapa de pessoal mas também os estagiários que demonstraram toda a sua qualidade técnica e empenho, que em colaboração com outros funcionários da autarquia permitiram que se realizasse uma obra desta dimensão e que permitiu que praticamente não fosse sentida a falta de água pela população. Para que se tenha uma ideia do que foi feito informou que para além dos metros de conduta mencionados foram feitas duas ligações ao parque industrial, uma ligação entre o centro de saúde e um ponto de entrega da Águas do Oeste na Freiria e está em conclusão uma conduta que vai reforçar a ligação Freiria/Senta para fechar o circuito da Fonte da Bica. Realçou que tudo isto foi feito em tempo recorde e que a Águas do Oeste disponibilizaram-se para fazer, sendo necessário, alguma entrega de emergência só que foi verificado que as subestações existentes na Senhora da Luz e no Casal do Rei não têm nenhuma boca-de-incêndio para abastecer em caso de emergência e frisou que parecendo uma anedota é uma realidade. Disse ainda que os furos começaram a ter falta de água, na Zona Industrial e na Chichareira, razão pela qual se teve que recorrer ao furo dos bombeiros e a Águas do Oeste já veio reconhecer que é um erro existente nos seus depósitos. Relativamente à posição da Águas do Oeste nesta situação disse que a sua responsabilidade vai até ao ponto de entrega no Via Vai e que a partir daí é responsabilidade da câmara. Continuou dizendo que aquela empresa está a mexer nos contratos dos municípios e que se espera que durante o próximo mês se realizem mais algumas reuniões, reafirmando a disponibilidade da empresa em colaborar com a autarquia. Informou ainda que já está concluída a conduta de abastecimento da Águas do oeste ao depósito de Malaqueijo faltando apenas a colocação dos contadores. -----

----- Em relação ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal e aos documentos elaborados informou que está já a ser analisada na Direção Regional de Agricultura e Pescas da Lezíria e Vale do Tejo a proposta de Reserva Agrícola Nacional Bruta. -----

----- Relativamente às comemorações do 25 de Abril realçou ainda a homenagem que irá ser feita a Eugénia Lima e considerou que para além de tudo o que já feito deve-se reforçar essa homenagem dos riomaiorenses a uma pessoa que não sendo de cá muito deu ao concelho. -----

----- Quanto ao relatório apresentado sobre os Resíduos Sólidos Urbanos assumiu que não foram aquelas informações solicitadas e que aquilo que foi realmente pedido

foi a granulagem de 2009 até 2013 para se conseguir ver e analisar os fluxos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente às propostas do Partido Comunista Português levadas a conhecimento disse que defende que uma boa oposição faz um bom governo e que os dois casos em concreto não são inovadores e que inclusive, desde 2010, que a Assembleia Municipal de Rio Maior aprovou a proposta da Câmara a isentar do pagamento dos direitos de passagem no concelho de Rio Maior. -----

----- Quanto aos elementos do processo de revisão do Plano Diretor Municipal que foram solicitados pelos Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo disse que se trata de elementos que estão em elaboração e aperfeiçoamento, não são ainda definitivos, e que os serviços continuam ainda a receber informação a incluir nos mesmos das entidades. -----

----- Por fim agradeceu a todos pela realização das Tasquinhas que considera os dez dias de festa do nosso concelho e o certame de maior destaque e que permitiu a promoção do concelho e de Rio Maior, Cidade do Desporto. -----

----- Fez ainda referência à participação num programa televisivo de uma empresa de Rio Maior, Doces da Aldeia, que considerou de extrema importância pelo valor da mesma que em altura de crise tem um sucesso francamente invejável e que para além de valorizarem os seus produtos acabam por valorizar também Rio Maior. -----

----- Relativamente à conferência de imprensa que foi feita a apresentar a Semana da Juventude disse que desde o início foi referido que seria feita conjuntamente com as comemorações do 25 de Abril exatamente por se considerar que esta seria a melhor forma de se defender e transmitir os ideais de Abril. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificação. -----

----- **PONTO II – NUTRILEITE, SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA. – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os termos e fundamentos constantes das informações em apreço, reconhecendo a utilidade pública municipal dado tratar-se de uma empresa que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Considerou que a proposta está bem fundamentada e disse que ficou satisfeito por esta empresa, que desconhecia, ter potencial e ser muito clara no seu objetivo e que a declaração de utilidade pública visar fortalecer uma candidatura a APRODER. Nesse sentido disse que, em seu entender, é uma obrigação do executivo aprovar esta proposta porque se trata de criação de riqueza no concelho de Rio Maior e da possibilidade de instalar mais gente a trabalhar no concelho. Felicitou e incentivou os promotores da empresa por trabalharem nesta área da agricultura e da produção alimentar onde é cada vez mais difícil encontrar disponibilidade para investir. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este é daqueles momentos em que o executivo deve ser o mais ágil possível, o que foi feito, e que significa outros processos devam seguir o mesmo caminho. Mais disse que do ponto de vista da administração nota-se hoje, com a reforma que se está a operar, a clarificação do encaminhamento do documento, em cada momento desde a sua entrada, garantindo que o serviço público é claro e transparente e que a tentativa de denegrir as autarquias não é justa nem merecida e se algumas dúvidas existirem estão disponíveis os documentos garantido a transparência do encaminhamento de cada documento. Relativamente ao documento comprovativo a entregar às entidades fiscalizadoras, afirmou que os jovens agricultores, que contam já com oito ou dez postos de trabalho, são, do ponto de vista do projeto, audaciosos, audazes e merecem toda a confiança. Levantou ainda uma outra questão mais importante que é a definição de critérios para este tipo de situação já que nos tempos próximos estes pedidos poderão aumentar uma vez que o APRODER, o APRODER+ e os fundos comunitários, para ponderação da candidatura, passam a exigir este tipo de declaração. Considerou que provavelmente o tecido económico e o movimento associativo vai necessitar, a curto prazo, deste tipo de declaração informando que a própria Confederação Portuguesa das Coletividades colocou já em discussão a criação da figura de associação de utilidade pública municipal porque para as candidaturas futuras irão exigir essa ponderação. Sugeriu, por isso, a definição clara de critérios para depois não se decidir casuisticamente. Disse ficar muito feliz por verificar que há jovens a arriscar e que o caminho a apoiar é o agro-alimentar, dizendo que atualmente o maior empregador do concelho de Rio Maior é agro-alimentar e que a curto prazo será de considerar que as Tasquinhas ou a Frimor sejam uma mostra deste setor. Indicou o sentido de voto como favorável e sugeriu a definição de critérios para emissão deste tipo de declarações. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que em termos de celeridade é o dever da câmara e que este é um caso

que não é único e que em outros casos desta natureza tem sido seguido sempre este critério e quando tal não acontece é porque exige outro tipo de análise ou de procedimento mais complexo. Chamou ainda à atenção para o facto desta empresa do ramo agro-alimentar se inserir perfeitamente numa das áreas prioritárias do Plano estratégico e também naquilo que foi definido como prioritário na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Considerou que este pedido foi bem fundamentado e merece que seja emitida esta declaração face à análise que foi feita do projeto em si. -

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou por dizer que nem todos os processos podem ter o mesmo encaminhamento e enquanto este é um procedimento exclusivo da câmara, em outros há que ser consultar outras entidades externas, entidades essas que embora tenham prazo para responder normalmente excedem-nos. Acerca da sugestão de definição de critérios disse que o critério que normalmente tem sido seguido é que sempre que está em causa a criação de riqueza e a criação ou manutenção de postos de trabalho tudo se faz para que seja emitida a declaração de interesse público municipal, independentemente do setor de produção. Saliu que o setor agro-alimentar é um dos eixos prioritários do Plano Estratégico, como foi já referido, e que a câmara irá estar presente na feira Nacional da Agricultura que terá um dia dedicado ao município de Rio Maior e onde estarão os produtores e empresários do concelho. Informou ainda que teve lugar um encontro sobre turismo industrial onde estiveram presentes os serviços da Câmara e onde se deu a conhecer a rota da indústria. Referiu ainda que o concelho de Rio Maior pode integrar esta rota no âmbito dos três setores que se destacam, o agro-alimentar, os vinhos e a metalomecânica. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO III - XIII CONCURSO INTERNACIONAL DE VINHOS: A SELEÇÃO DO PRESIDENTE (LA SELEZIONE DEL SINDACO)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a inscrição do Município no XIII Concurso Internacional de Vinhos: A Seleção do Presidente.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse notar-se que no setor do turismo da câmara municipal que há uma tentativa de estar presente em tudo, ou seja, levar Rio Maior para a frente, particularmente os setores referenciados, neste caso concreto o setor dos vinhos que tem evoluído de uma forma muito significativa e qualitativa no concelho. -----

----- Referiu ainda que num altura em que se as rotas estão em desenvolvimento

disse haver uma que Rio Maior deveria considerar que é a rota do associativismo porque o património imaterial e o património material das coletividades é tão grande que tudo deve ser feito pelo executivo para o efeito porque isso é o que nos distingue dos outros concelhos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que Portugal está presente desde há cerca de quatro anos neste certame e que o concelho de Rio Maior já ganhou inclusive várias medalhas de ouro, prata e de bronze e que por aquilo que tem sido falado com produtores é que a simples participação é o suficiente para aumentar as vendas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV - PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A GLOWSPACE, UNIPESSOAL, LDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os termos da proposta de protocolo em apreço.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que não é a primeira vez que vem um protocolo deste tipo a reunião de Câmara e à semelhança do que foi feito com a associação “Quem não tem cão” ao longo dos anos tem sido prática habitual porque é entendimento que o património do município é de todos e é para servir os riomaiorenses. Acrescentou ainda que poderá ser questionado o facto de a GlowSpace ser uma empresa privada, contudo é de riomaiorenses, é para os riomaiorenses e há sempre uma contrapartida que reverte a favor do município, sendo que neste caso será um espetáculo de bilheteira e três workshops abertos para a comunidade. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse não o repugnar de forma alguma que a cultura e as ações de divulgação cultural ou desportiva sejam feitas por empresas privadas desde que seja salvaguardado o princípio de que não será o município a suportar esse evento o que está salvaguardado com as contrapartidas. Considerou que a única questão que não está salvaguardada no protocolo, e que convém ter em atenção, é que em caso de haver uma proposta para o mesmo dia de uma colectividade ou uma associação sem fins lucrativos, estas tenha prioridade. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que essa situação está salvaguardada pela cláusula 4ª do protocolo. -

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou ainda que o agendamento de todas as atividades que estão a decorrer desde janeiro no cineteatro até finais de junho e início de julho foram acordadas e negociadas entre as partes e definida uma agenda e que em caso vir a haver coincidência nas propostas tudo será resolvido, Salientou que Diretora de Sala do Cineteatro contactou todas as coletividades que habitualmente solicitam a cedência da sala antes de fazer o agendamento que já está publicitado. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse ter lido com atenção a proposta e ainda que seja atividade cultural uma coisa é a atividade privada com fins lucrativos outra coisa é a atividade de uma associação ou de uma colectividade. Continuou dizendo que o protocolo prevê cinco utilizações, uma com bilheteira a favor da Câmara, quatro a favor da entidade privada e que haverá ainda utilização para mais três workshops, o que perfaz oito utilizações. Disse que gostaria de ter visto junto da proposta um estudo de custos pela utilização das instalações, dos meios técnicos, dos meios humanos envolvidos para se saber efetivamente o que é que o negócio envolve e quanto é que custa de facto esta disponibilidade, não só para tomar a decisão em relação a este assunto mas também para tomar a decisão em relação a situações futuras. Acreditando na boa intenção da proposta mas não tendo o suporte para uma decisão que gostaria de tomar fundamentada, disse que iriam optar pela abstenção no sentido de que futuramente as questões que envolvam privados venham um pouco mais bem elaboradas do ponto de vista do estudo dos custos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que em relação ao pessoal a utilização é feita no horário laboral dos mesmos e que a fazer estudos dessa natureza teriam que ser feitos para todas as utilizações que seja de associações, coletividades ou privados. Considerou que ter o Cineteatro com atividade e em benefício da comunidade é melhor do que este estar fechado embora essa opção acarrete sempre custos inerentes ao funcionamento. Solicitou que a Diretora de Sala do Cineteatro pudesse prestar mais alguns esclarecimentos. -----

----- **DIRETORA DE SALA DO CINETEATRO** -----

----- Esclareceu que a nível dos custos não é ainda possível apresentar o cálculo certo na medida de que ainda não estão marcados todos os ensaios, todas as horas que serão necessárias para a produção do espetáculo. Disse que relativamente aos custos após o agendamento de todos os ensaios será mais fácil fazer essa contabilização. Relativamente ao facto de se tratar de uma empresa privada afirmou que as crianças que a frequentam são do concelho e não parece justo que uma escola

pública possa utilizar o cineteatro e apresentar aos pais o trabalho que os alunos desenvolveram ao longo do ano e as escolas privadas não o possam fazer. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu as informações prestadas mas continuou a considerar que a utilização de equipamentos públicos tem que ter os custos definidos à semelhança do que acontece nas piscinas municipais e instalações desportivas e que quando se decide um apoio a uma qualquer entidade importa saber os custos inerentes à mesma. Acrescentou que esta situação o preocupa porque independentemente dos utentes serem as crianças ou serem os riomaiorenses, há uma entidade privada por detrás dessa utilização e há que pensar que poderão haver outras entidades empresariais a solicitar o mesmo tipo de cedência. Considerou ainda que e o facto de esta utilização não obrigar a custos extraordinários existem custos de funcionamento, pelo que não pode haver entidades privadas a lucrar com o trabalho dos funcionários que é pago pela autarquia e havendo este tipo de estudo a decisão que se tomar será mais suportada. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e disse que a decisão fundamental é entre não haver quem utilize e, garantindo que as prioridades estão definidas e na proporção apresentada no protocolo, dar este tipo de ocupação. Considerou que no entanto a necessidade deste tipo de protocolo ter um centro de custos é essencial para a decisão política segura e que em face disso sugeria a partir de agora haja um estudo económico-financeiro a sustentar o protocolo. Acrescentou ainda as empresas vêm hoje a cultura como um negócio, a cultura movimenta 1,6% do volume de negócios na Europa e as empresas estão a preencher os espaços que as coletividades e as autarquias não preenchem. Afirmou que no concelho de Rio Maior existem empresas que realizam bailes, ganham dinheiro e servem-se das coletividades como respaldo para a sua ação. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que a questão é importante a que preocupação com os custos é legítima mas considerou que entre ter o Cineteatro fechado, com os custos fixos que tem, e ocupado por uma entidade privada, independentemente de poder haver lucro, prefere a segunda. Salientou a apatia que há no concelho de Rio Maior relativamente ao Cineteatro e à cultura e que por isso mesmo tudo aquilo que a autarquia possa fazer em prol da cultura só pode ser benéfico, especialmente quando é um prol das atividades dos mais jovens. -----

--- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções. -----

----- **PONTO V - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2014/2015 e autorizar a despesa prevista no valor total de 285 849,06 € + IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que a particularidade deste contrato é que prevê que todos os graus de ensino e todos os tipos de ensino estejam consagrados no transporte porque como é sabido a Associação Nacional de Municípios Portugueses teve uma proposta em que só deveria ser contemplado o ensino regular e este é um aspeto extremamente importante porque não devemos incentivar a discriminação e sim a inclusão. Referiu ainda que outro aspecto importante é que a lei não obriga ao transporte das crianças dos jardins-de-infância mas face à reconfiguração da rede escolar é possível e consagra-se neste contrato. Salientou que as maiores preocupações são as tantas queixas que aparecem relativamente a comodidade e muitas vezes à segurança dos próprios veículos e que deverá haver a preocupação de avaliar a qualidade dos serviços prestados porque o facto de a Rodoviária Tejo ter o alvará único, exclusivo e monopolista não significa que não exista a necessidade de controlar e verificar a qualidade os serviços prestados pelos quais se paga o valor descrito que sai do erário público para manter uma empresa, hoje, privada. Disse que quanto melhor foram servidas as crianças, quanto maior for a possibilidade de elas serem transportadas com comodidade, a tempo e horas, ficaremos melhor servidos. ---

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Chamou a atenção para o problema da Rodoviária do Tejo ser concessionária de carreiras públicas do concelho de Rio Maior e não passar pela câmara o valor dos passes que é negociado diretamente com a administração central ou com outras entidades. Afirmou que a Rodoviária do Tejo está interessadíssima que seja aprovada esta rede para terá oportunidade de cobrar à Câmara Municipal o dinheiro mas salientou que aquilo que considera ser o grande problema a evitar é que grande parte das carreiras públicas acabem com os transportes escolares ficando as carreiras públicas prejudicadas. Considera que à empresa só interessa o dinheiro dos transportes escolares e que o pressuposto para aprovar esta rede de transportes escolares deve ser que as carreiras públicas se mantenham durante todo o ano e não

apenas nas épocas escolares ficando as populações sem hipóteses de carreiras públicas. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse concordar inteiramente com a posição do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e acrescentou que, como é sabido, a escolaridade obrigatória é até ao nono ano e os transportes dos alunos são suportados na íntegra pelo erário público independentemente dos alunos usarem esse transporte ou não, o que quer dizer que na altura das matrículas os alunos preenchem um impresso onde solicitam o transporte escolar e depois muitos deles não o usam e não havendo como controlar o município paga esse passe na totalidade durante os nove meses. -----

----- **CHEFE DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE** -----

----- Esclareceu que em relação à qualidade do serviço embora não seja o desejável as reclamações que chegam aos serviços são muito pontuais e mínimas e que este ano houve apenas em setembro e outubro e referiam-se mais ao facto de os autocarros circularem muito lotados e alguns deles serem já bastante antigos e com pouca comodidade, reforçando que a verdade é que as pessoas não reclamam ou não fazem chegar essas reclamações. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que as reclamações que chegam são invariavelmente acerca da lotação, da antiguidade das camionetas e dos atrasos mas salientou que esse serviço de monitorização compete à câmara que terá que fazer inquéritos e fichas de avaliação para sabermos efetivamente que serviço é que está a pagar. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Afirmou que é incompreensível que as carrinhas do município passados alguns anos de utilização não possam circular e as camionetas da Rodoviária do tejo possam circular independentemente da idade e das condições. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** **subscrita por todos os Vereadores e a Presidente**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei favoravelmente esta proposta de rede de transportes escolares no pressuposto de que as carreiras públicas funcionarão durante todo o ano e não apenas no período do ano escolar uma vez que está fundamentado em carreiras públicas que servem o público em geral.” -----

----- **PONTO VI - DOCUMENTOS DEBITADOS REFERENTES AO ANO DE 2005** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é anular a receita em causa

referente ao fornecimento de água, taxa de conservação de esgotos particulares e de empresas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se passados os oito anos não foi possível cobrar o valor em causa devido a que constrangimentos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que resulta de casos de impossibilidade de cobrança de pagamento devido a falências, insolvências e desconhecimento de paradeiro e após decorrerem todos os procedimentos legais e o prazo legal a impossibilidade se manteve. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que é normal estes documentos serem presentes à câmara anualmente quando não se consegue cobrar e que parte do pressuposto que houve tentativa de cobrança e não se conseguiu e que neste momento ainda que houvesse mais alguma tentativa de cobrança a relação custo/benefício já seria lesiva para a câmara. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII - PARAPEDRA – SOCIEDADE TRANSFORMADORA DE PEDRAS, S.A – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os termos e fundamentos constantes da informação em apreço, reconhecendo a utilidade pública municipal dado tratar-se de uma estrutura que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por dizer que ao contrário da proposta anteriormente votada, que era clara em relação à sua necessidade e finalidade, neste caso concreto não vem o propósito tão explícito mas pereceu-lhe ter a ver com um licenciamento e que como não existe de facto o intuito claro do objetivo desta declaração, não estando em causa o valor e a importância da empresa por tudo aquilo que representa no concelho, disse que gostava de saber quais os objetivos desta declaração de interesse público municipal. -

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Em relação ao assunto referiu que este é mais um caso onde o instrumento de declaração de interesse municipal não é mais que um instrumento de agilização e que foi nessa perspetiva que indicou o sentido de voto como favorável. Disse que hoje os constrangimentos resultantes da lei ou da ausência dela levam à necessidade da

empresa ver rapidamente resolvidas situações que tem pendentes há muito tempo e daí que tenha chamado à atenção na intervenção anterior para a definição de critérios transparentes e critérios claros. Afirmou que este caso é substancialmente diferente do anterior terá como finalidade o licenciamento do alargamento da produção. Considerou que esta declaração funcionará como um elemento facilitador para que a empresa cresça, crie postos de trabalho mas salvaguardando as questões do Plano Diretor Municipal e as questões do ambiente, ou seja, esta declaração não é nem nunca poderia ser um instrumento de atropelamento da lei, muito pelo contrário, deve ser um elemento agilizador para conseguir rapidamente resolver o problema. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que se trata de um elemento para agilizar o processo de toda a zona do vale da pedreira que é uma zona de expansão de pedra e atualmente de blocos, que quer queiramos quer não, se trata de uma atividade preponderante no concelho. Continuou explicando que o Plano Diretor Municipal tem a sua revisão atrasada e esta declaração permitirá agilizar o processo de ampliação da exploração independentemente da revisão do PDM. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Lembrou que isto tem a ver com um problema que já vem desde a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal eficaz, ficando uma carta de salvaguardada de situações que não se conseguiram resolver. Disse, por isso, que uma situação são compromissos anteriores ao Plano Diretor Municipal e que não foram resolvidas como é o caso da Parapedra e de outras empresas não se conseguiram resolver e ficou o compromisso de que seriam revistos na primeira revisão. Acrescentou ainda que independentemente da boa intenção em aprovar esta declaração ela vale aquilo que as entidades que tutelam a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional quiserem. Referiu que infelizmente o que tem acontecido é que valem pouco na resolução de problemas colocando a autonomia local em causa mas que de qualquer forma considera que é obrigação da autarquia aprovar esta declaração de interesse público pela importância da empresa e também porque que deriva de compromissos anteriores. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Acrescentou ainda que se trata de uma zona que não é abrangida pela Reserva Agrícola Nacional mas sim pela Reserva Ecológica Nacional numa parte e que a intenção na revisão do Plano Diretor Municipal é a requalificação a nível de categoria não só desta zona mas de todo vale que abrangerá diversas empresas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei favoravelmente esta proposta uma vez que na previsão da autarquia em sede de revisão do Plano Diretor Municipal prevê a reclassificação desta zona de forma a poder articular com o interesse e com a atividade empresarial da região.” -----

----- **PONTO VIII - APLICAÇÃO DA LEI N.º 68/2013, DE 29 DE AGOSTO E MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 11 DE OUTUBRO DE 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é manter a suspensão da deliberação camarária de 11 de outubro de 2013 até à conclusão do processo negocial referente à celebração e outorga do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, evitando-se alterações sucessivas aos períodos de trabalho que conduziram a graves perturbações organizativas na Câmara Municipal e ainda que caso as negociações venham a sair frustradas deverá o assunto ser novamente presente para deliberação do executivo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Fez um pequeno historial da situação que por diversas vezes foi já falada em reuniões de Câmara anteriores e lembrou que após adaptação do regulamento interno dos serviços os sindicatos entregaram uma providência cautelar junto dos tribunais e foi elaborado um despacho no sentido de suspender a aplicação da lei prevê as quarenta horas até à decisão do tribunal. Continuou dizendo que a decisão dos tribunais foi não aceitar a providência cautelar e que a partir daí poderiam ser aplicadas as quarenta horas novamente, tendo a Câmara decidido não o fazer, concertado com todos os municípios que integram a CIMLT, até decidir se iriam ser elaborados acordos coletivos com os sindicatos. Disse ter-se tomado a decisão de iniciar negociações com os sindicatos e que não faria sentido neste momento passar às quarenta horas, partindo do princípio que se chegará a acordo. Disse também que uma questão extremamente importante é que apenas setenta funcionários estão sindicalizados e do ponto de vista do executivo só fará sentido aplicar o acordo se se puder legalmente estender aos restantes funcionários, seja por uma questão de justiça, seja pelo facto de ir transtornar o funcionamento dos serviços. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que o Tribunal Constitucional não impediu as trinta e cinco horas conforme diz o documento e que ao manter a decisão das trinta e cinco horas não há nenhuma irregularidade material e formal, e que aquilo que o Tribunal Constitucional

fez foi dar uma cobertura à falta de coragem política de dizer que não é possível entrar na autonomia do poder local. Continuou dizendo que a CDU e a oposição têm que ter, nestas circunstâncias, uma maleabilidade tática, uma capacidade de persistência, de determinação, de inteligência recíproca para se conseguir alguns objetivos. Reconheceu a capacidade do vereador e do executivo em atender às preocupações colocadas na última proposta e disse que todos ganham ao tentar resolver o problema de outra maneira. Em relação ao documento disse que não se encontra mencionado para a tentativa de acordo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública que é aquele que tem maior número de associados, muitos deles dependentes do Ministério da Educação mas cuja responsabilidade é da autarquia, e que essa inclusão é condição para o seu voto a favor. Por fim acrescentou ainda que a lei diz que é só os associados mas o espírito da lei é que todos os trabalhadores se associem, porque considera que não devem ser aqueles são associados a pagar a defesa daqueles que não o são. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que aquilo que vem a aprovação é tão-somente a suspensão e não o processo negocial em curso e referiu também que em relação à moção apresentada pela CDU para deliberação da Câmara segundo parecer jurídico essa não é competência do órgão Câmara mas sim da Presidente ou do Vereador com poderes delegados, assim como a questão da negociação com os sindicatos e que o facto de não constar no documento não impede de se marcar reuniões com os sindicatos que se considerem necessários para o efeito. Disse ainda que em relação ao conteúdo do acórdão do tribunal constitucional este diz que é necessário o acordo coletivo com os sindicatos para aplicação das trinta e cinco horas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que os serviços podem entender que não é da competência da câmara, e por isso que foi apresentada em forma de moção, e aquilo que poderia acontecer é que a proposta era rejeitada pela maioria. Disse ainda que do ponto de vista dos conteúdos a decisão é da presidente ou do vereador substituto mas que a decisão política de fazer isso não é uma decisão jurídica é política. Relativamente ao Tribunal Constitucional salientou que ele permite que se faça os acordos e o governo o que fez foi o que sempre tem feito, adiou e para que o Secretário de Estado quem tem que assinar os acordos não o faça para já foi enviado o assunto para Provedoria de Justiça para saber se era possível ou não o que, em sua opinião, serve para prolongar a situação e não resolver o problema criado e que com a pressão das autarquias tem vindo a colocar cada vez mais pressão por nenhum dos acordos ter sido ainda

deferido. Terminou dizendo que há que ter confiança e aumentar a pressão dos autarcas, das Comunidades Intermunicipais em grupo e não individualmente e também dos os trabalhadores se irá conseguir manter as trinta e cinco horas. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- No que respeita à proposta a discussão disse que também solicitou parecer jurídico sobre a legalidade da mesma e aquilo que foi dito é que a alteração do horário implicará uma reorganização dos serviços que se prevê a vigorar por um período limitado de tempo e que não se perspectivando que a manutenção do atual provoque qualquer lesão do interesse público e a fim de evitar alterações sucessivas nos períodos normais de trabalho, pode a Câmara Municipal manter a suspensão da deliberação camarária de 11 de outubro de 2013 até que se conclua o processo negocial em curso com vista à celebração do acordo coletivo da entidade empregadora pública. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Afirmou que em sua opinião é bom que exista o sindicalismo mas também deve haver a liberdade de se ser sindicalizado ou não sem que por isso se seja penalizado. Acerca da permanência das trinta e cinco horas considerou que é justo que assim seja já que nos últimos tempos os funcionários públicos têm sido alvo de cortes de toda a ordem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A intenção do Governo de passar de trinta e cinco horas para quarenta é um abuso feito aos trabalhadores, é um abuso de confiança e é uma ultrapassagem das competências das próprias autarquias.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Antes do encerramento a Presidente da Câmara deu conhecimento do voto de pesar reformulado e informou acerca da data da sessão ordinária da Assembleia Municipal para 28 de abril e da alteração da data da segunda reunião de Câmara do mês de abril para dia 22 pelas 10 horas, visto ser feriado nacional no dia 25 de abril. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE ABRIL DE 2014

por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____